

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

23/11/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Corte de benefícios previdenciários será debatido em comissão do Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado aprovou nesta quarta-feira (21) requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para a realização de audiência pública sobre os cortes em benefícios previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Segundo Paim, é grande o número de reclamações sobre suspensão indevida de pagamentos.

Desde a edição da Medida Provisória 767/2017, com o chamado “Pente Fino do INSS”, até hoje, mais de 500 mil benefícios, entre aposentadorias por invalidez e auxílios-doença, foram cortados pela Previdência. A MP, convertida na Lei 13.457, de 2017, também previa bônus para os médicos peritos que trabalhassem a mais para revisar os benefícios. De acordo com o governo federal, R\$ 13,8 bilhões em pagamentos irregulares já foram economizados por causa do pente-fino. Mas, para o senador Paulo Paim, é grande o número de reclamações de suspensões indevidas de pagamentos.

– Muitos aposentados por invalidez, ou beneficiários de auxílio-doença, de repente perdem aquilo e não têm direito a voltar para a empresa porque a empresa não aceita, alegando que eles não estão em condição e eles passam a viver com uma renda zero – lamentou.

Paim quer, com a audiência, saber por exemplo, quais os critérios utilizados para o corte de benefícios.

– Eu gostaria muito de fazer essa audiência ainda este ano, chamando os peritos, chamando o pessoal da Previdência para que eles expliquem, justifiquem: qual é o critério? Se tantas pessoas estavam ou aposentadas ou afastadas, alguém deu o benefício – explicou.

Ainda não há data definida para o debate na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Frente emite nota contra a Reforma da Previdência

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social emitiu uma nota pública que será entregue ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao presidente do Senado, Eunício de Oliveira, e ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. A carta reitera a posição contrária de 270 deputados, 23 senadores e mais de 100 entidades classistas em relação à Reforma da Previdência enviada pelo governo do presidente Michel Temer ao Congresso (PEC 287/16). A carta argumenta que a atual versão do texto penaliza o trabalhador ao aumentar a idade mínima para se aposentar; reduzir os benefícios assistenciais para valor inferior ao salário mínimo; e desconsiderar a expectativa de vida de populações específicas. “A preocupação que a gente tem é que o futuro governo ainda pode tentar fazer algumas maldades, principalmente com os trabalhadores e servidores dessa chamada fase de transição”, disse o coordenador da Frente Parlamentar, deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2018

Reformas

Maia: novo Congresso facilitará avanços

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem, durante evento em São Paulo, que o novo Congresso, que toma posse em 2019, vai ser melhor para aprovação de reformas. Ele ressaltou que Jair Bolsonaro vai precisar dialogar com os parlamentares. O deputado disse que tem melhorado na população o entendimento da necessidade da reforma da Previdência. Após estas medidas, ele defende que se avance na reforma tributária, para que o sistema de impostos brasileiro fique menos complexo. (EC)

Previdência

Texto da reforma sai logo, diz economista

O economista Carlos Alexandre da Costa, que participa da equipe de transição de Jair Bolsonaro, declarou que o próximo Governo deve apresentar um projeto para a Previdência nas próximas semanas e reiterou que será um documento próprio, construído com a colaboração de outros já existentes. "Óbvio que não vamos começar do zero, tem muita coisa que a gente vai incorporar. O trabalho do (futuro) Governo vai ser o de articular as melhores propostas que sejam viáveis politicamente. (...) Não é só desenhar a proposta econômica", salientou Costa. (EC)

Fonte: Jornal A Tribuna
23/11/2018

Fazenda e Indústria e Comércio vão se fundir

A fusão dos ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio Exterior ganhou novo impulso no gabinete de transição montado no CCBB. Representantes do setor de comércio e serviços se reuniram com o economista Carlos da Costa, apontado como secretário da nova pasta de produtividade e competitividade do Ministério da Economia de Paulo Guedes. A reportagem do jornal **Folha de S. Paulo** destaca que "o desenho que ainda está em elaboração indica que deverão ficar sob sua responsabilidade pelo menos cinco secretarias hoje ligadas à Fazenda e ao Mdic: advocacia da concorrência e produtividade, competitividade industrial, comércio e serviços, inovação e micro e pequena empresa". E acrescenta: "também poderá ser anexada a este conjunto a secretaria de políticas públicas de emprego, do Ministério do Trabalho. Dessa maneira, todas as atuais secretarias do Mdic, com exceção da poderosa Secretaria de Comércio Exterior, serão reunidas em uma única estrutura".

Fonte: Brasil247 - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Bolsonaro deve acabar com política de valorização do salário mínimo

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que deverá permanecer à frente do cargo no governo de Jair Bolsonaro (PSL), defendeu o fim da atual política de valorização do salário mínimo como uma das medidas adicionais necessárias para complementar o ajuste fiscal. "Eventualmente será necessário rever a política do salário mínimo. Se ele continuar crescendo, a gente tem que ver como financiar isso", disse. Para ele, atual política de valorização do salário mínimo é errada, uma vez que aproxima este valor da renda média no Brasil. "Quem tem produtividade maior precisa ganhar melhor, até como forma de reter trabalhadores", justificou. Ele também criticou a indexação do salário mínimo outros benefícios, como o Bolsa Família que, em sua visão, "é o programa mais bem focalizado e custa 0,5% do PIB". Mansueto destacou, ainda, a necessidade de aprovação da reforma da Previdência para que o ajuste fiscal de fato aconteça. Segundo ele, o Brasil gasta atualmente com o pagamento de pensões e aposentadorias o mesmo que países ricos, como o Japão, e afirmou que não há espaço para uma redução da carga tributária. "Não vejo nenhum espaço para redução de carga tributária no Brasil nos próximos quatro anos. Acho que o grande desafio é reduzir a complexidade do sistema atual, que é excessivamente complexo", disse.

Fonte: Brasil247 - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>